

Muda conceito da base monetária

Luiz Antônio — 28/2/94

SÃO PAULO — O Banco Central resolveu mudar o conceito usado para controlar a base monetária. O presidente do BC, Pedro Malan, e o diretor da Área Internacional, Gustavo Franco, afirmaram que o novo conceito vai passar a incluir, além dos depósitos à vista nos bancos e do papel-moeda em poder do público, também os títulos públicos (federais, estaduais e municipais).

“É como se usássemos o M4 (conjunto das aplicações financeiras)”, disse Malan. Com isso, o BC vai mudar o programa de expansão monetária programada já para este último trimestre do ano.

Malan evitou dizer se os novos limites ficarão bem mais altos do que as metas anteriores (de US\$ 8,5 bilhões, mais uma margem de 20%). Mas admitiu que “o processo de monetização foi mais rápido do que imaginávamos”.

Cumprindo a expectativa do mercado, o Banco Central também divulgou circular excluindo as operações de financiamento a bens de produção e agrícola, entre outras, da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) divulgado na quarta-feira que reduziu para três meses os prazos de vencimento de operações de empréstimos feitos pelos bancos.

Estrangeiros — O BC deixou uma porta aberta para a adoção de novas medidas visando controlar a entrada de capital no



Franco: novo critério vai passar a incluir os diversos títulos públicos

país, o que poderia pressionar a base monetária. Gustavo Franco disse ontem que a instituição de um alíquota de 1%, a título de IOF, para a entrada de novos investimentos estrangeiros nas bolsas é um sinal de que o governo está atento. “Não haverá intervenções abruptas, mas o BC não deixará de conduzir sua política monetária.”

Franco contestou as críticas feitas por alguns bancos de que a medida poderia desestimular fortemente novos investimentos. “O governo agiu com a delicadeza necessária no que se trata das bolsas. Não queremos matar a galinha dos ovos de ouro”, disse. Segundo ele, a alíquota de 1% é suficiente para manter, de um lado, a atração exercida pelas ações de empresas brasileiras e, de outro, criar um mecanismo de arrecadação “simples e eficiente”.

“A cobrança do IOF vai significar uma grande arrecadação, sem impacto inflacionário. E o melhor: todo o dinheiro vai direto para os cofres do governo federal.” O prazo para compensar o IOF anterior era, em média, de quatro meses. Agora, com uma alíquota de 9%, Franco estima o prazo de pelo menos um ano.

**Nas páginas 2, 3 e 6 mais
repercussão do pacote**
